

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2012
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ - CRCCE, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 9.295/46, com sede na Av. da Universidade, 3057 - Benfica, nesta Capital, por sua Pregoeira, designada pela Portaria CRCCE nº 013/2011, torna público que **às 15h do dia 18 de abril de 2012**, na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma presencial, do tipo **"MENOR PREÇO"**, adjudicação por LOTE, visando à **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA USO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ-CRCCE**, conforme especificações do **ANEXO I** deste Edital. A presente licitação reger-se-á por este edital e seus anexos, em consonância com a Lei nº 10.520, de 17/07/02, regulamentada pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e também pela Lei Complementar Nº 123 de 14/02/2006, regulamentada pelo Decreto n.º 6204 de 05/09/2007. Subsidiariamente, pela Lei 8.666, de 21/06/93, além das demais legislações pertinentes.

1. LOCAIS E DATAS

1.1 Os envelopes contendo a documentação serão recebidos somente na Sede do CRC/CE, localizada na Av. da Universidade, 3057 - Benfica – Fortaleza/CE.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:

Data: 18/04/2012 HORA: 15h

Local: Somente na Sede do CRC/CE, conforme endereço acima descrito.

1.2 A sessão pública para a abertura de envelopes e processamento da licitação ocorrerá na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará.

ABERTURA DA LICITAÇÃO:

Data: 18/04/2012 HORA: 15h

Local: Sede do CRC/CE, conforme endereço acima descrito.

1.3 Não havendo expediente, por qualquer razão na data estabelecida no preâmbulo, a sessão inaugural ficará automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário.

2. OBJETO

2.1 O objeto desta licitação é Contratação de Empresa especializada para o fornecimento parcelado de material gráfico para uso do CRC/CE, conforme Anexo I, que é parte integrante deste edital.

3. DOS PREÇOS ESTIMADOS E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 Para fins de estimativa global de valores a serem pagos pela Contratante, utiliza-se como referência o valor médio de R\$ 55.834,27 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e sete centavos), obtido através da média estimada dos LOTES referentes aos valores dos materiais cotados.

3.1.1 Por LOTE, o valor estimado médio global a ser pago pelo fornecimento do material gráfico para uso do CRCCE é de:

LOTE 1 – Valor estimado: R\$ 11.475,90;

20.000 Timbrado 210x297mm, 4x0 cores Tinta Escala em Off-set 75g t 75g;

5.000 Pastas 45x31.5cm, 3/1 cor em Cartão Supremo 250g.Corte/Vinco;

20.000 Envelopes Tipo 1 - 11,0 X 23,0cm 27x27cm, 4x0 cores Tinta Escala em Off-set 90g;

3.000 Envelopes Tipo 2 - 24,0 X 18,0cm 30x40cm, 4x0 cores Tinta Escala em Off-set 90g;

4.000 Envelopes Tipo 3 - 26,0 X 36,0cm 60x50cm, 4x0 cores Tinta Escala em Off-set 120g;

500 Pastas de processo cinza - 45x31.5cm, 4x0 cores Tinta Escala em Cartão Supremo (Cinza) 250g. Corte/Vinco;

500 Pastas de processo azul - 45x31.5cm, 4x0 cores Tinta Escala em Cartão Supremo (Azul) 250g. Corte/Vinco;

5.300 Cartões de Visita - Formato 55 x 85mm, Papel Couche 230 g, 3x1cores, com laminação;

LOTE 2 – Valor estimado: R\$ 8.268,50;

500 - Balanço social - CAPA: Formato aberto: 41cm x 29,5cm // Formato fechado: 21cm x 29,5cm // 4/4 cores // Couchê fosco 240g com laminação fosca e verniz localizado.

MILO: Formato aberto: 41cm x 29,5cm // Formato fechado: 21cm x 29,5cm // 4/4 cores // Couchê fosco 90g // 60 páginas sem contar com a capa

Acabamento: Dobrada e colada. Laminação Fosca na parte externa da capa;

LOTE 3 – Valor estimado: R\$ 4.747,87;

200 Cartaz 2 - Formato: A3, papel couchê 150g, 4/0 cores;

1.000 Convite - Folder Formato: 20,5cm x 46cm // Papel: couchê fosco 230g, 5/5cores. Acabamentos: faca de corte, 2 dobras e laminação fosca;

1.000 Crachá - Credenciais em papel triplex 250g formato 10x15 cm 4/1 cores, furo e cordão;

1.000 Bloco de Notas - blocos com 20 folhas. 1 via 14.8x21 cm, 4x0 cores tinta especial em off-set 75g colado;
1.500 Certificado Participantes - Formato: A5 // papel couchê fosco 230g // cores: 2/0;
400 Certificado Apresentação de trabalho - Formato: A5 // papel couchê fosco 230g // cores: 2/0;
15.000 Adesivo - Papel couchê adesivo 5x5cm 3 cores - faca de corte redondo;

LOTE 4 – Valor estimado: R\$ 4.720,00;

12.000 Folder 2 - Formato 30x30cm.(aberto), 1 dobra , papel couchê fosco 230g 4/4 cores;

12.000 Panfletos - Formato A5, papel couchê 90g , 4/4 cores;

LOTE 5 – Valor estimado: R\$ 1.784,00;

1.000 Pasta Desenvolver Contabilista - Pasta: formato 45x31,5cm em papel cartão supremo 250g 3x1 cores com corte e vinco;

2.000 Certificados Desenvolver contabilista - Certificado formato A4, papel off-set 250g 4x0;

LOTE 6 – Valor estimado: R\$ 1.074,00;

2.000 Lâminas evento pequeno porte (1) - Formato: 15x21cm, 4x4 cores em couchê Fosco 115g;

2.000 Lâminas evento pequeno porte (2) - Formato: 15x21cm, 4x4 cores em couchê Fosco 115g;

2.000 - Lâminas evento pequeno porte (3) - Formato: 15x21cm, 4x4 cores em couchê Fosco 115g;

LOTE 7 – Valor estimado: R\$ 23.764,00;

13.000 Produção do Jornal (edição Jan/ Fev/ Mar) - Fechado-miolo: 16 págs, 23x31.5cm, 4 cores em couchê Fosco 90g. Gravação chapas CTP.

Capa-aberta: 31.5x46.1cm, 4x4 cores em couchê Fosco 90g. Gravação chapas CTP.com dobra, Prova Sherpa.

Obs.: Com grampo.;

13.000 Produção do Jornal (edição Abril/ Maio/Junho) - Fechado-miolo: 16 págs, 23x31.5cm, 4 cores em couchê Fosco 90g. Gravação chapas CTP.

Capa-aberta: 31.5x46.1cm, 4x4 cores em couchê Fosco.

3.2. O pagamento ao contratado será em parcelas, sendo cada parcela liquidada conforme a entrega do material licitado, após expressa solicitação do contratante.

3.3. As notas fiscais e as faturas devem ser apresentadas no CRC-CE no ato da entrega parcelada dos serviços. As notas fiscais e as faturas devem ser atestadas por funcionário deste CRC-CE designado.

3.4. Considera-se como adimplemento da obrigação contratual a entrega do bem ou de parcela deste, bem como qualquer outro evento contratual, cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança (art. 40, § 3º, da lei 8.666/93).

3.5. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto contratado, mediante pagamento em carteira em nome da Contratada ou por fatura bancária.

3.6. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

3.7. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social e junto ao FGTS.

3.8. A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as Legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na Nota Fiscal.

4. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO E GARANTIA DO OBJETO

4.1 O Recebimento Definitivo do objeto dar-se-á após o prazo de 02 (dois) dias úteis da data da entrega parcelada, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo, firmado pelo servidor responsável (ver Anexo VIII – Termo de Recebimento Definitivo).

4.2 Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

4.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

4.4 Na hipótese do subitem 4.3 o prazo do Recebimento Definitivo e, conseqüentemente, do pagamento serão prorrogados.

5. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos para a realização deste projeto são próprios e correrão pela rubrica 6.3.1.3.01.01.002.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1 Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

6.2 Não poderão participar deste pregão os interessados que se encontrem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação; que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará; que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública; bem como as licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio.

7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

7.1 Os proponentes deverão apresentar toda sua documentação pessoalmente, por intermédio de seu representante legal ou procurador devidamente credenciado, ou enviá-las para o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará, respeitada a data e horário limite para o seu recebimento.

7.2 Os documentos deverão ser apresentados em original, ou cópia autenticada por Cartório competente ou pela Pregoeira, ou ainda por publicação em órgão oficial.

7.3 A falta na entrega da documentação no dia, hora e local estabelecidos, implicará desistência da participação no certame.

7.4 Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

7.5 Quaisquer documentos, necessários à participação no presente certame, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

7.6 O CNPJ indicado nos documentos deverá ser o mesmo da empresa que efetivamente vai fornecer os bens objeto da presente licitação.

7.7 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fax símile, mesmo autenticados, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos ou gráficos apenas como forma de ilustração do objeto da proposta de preços.

7.8 Cada licitante deverá apresentar três conjuntos de documentos: Declarações Preliminares, de Proposta de Preço e de Habilitação.

7.9 A documentação deverá ser apresentada em envelopes distintos, opacos, lacrados e endereçados à Comissão de Licitações, conforme segue:

Envelope das Declarações Preliminares:
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ-CRCCE
À COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA USO DO CRC/CE
Título: “DECLARAÇÕES PRELIMINARES”
PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL):
DATA LIMITE PARA CADASTRAMENTO: 18/04/2012

Envelope dos Documentos de Habilitação:
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ-CRCCE
À COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA USO DO CRC/CE
Título: “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL):
DATA DA ENTREGA/ABERTURA: 18/04/2012

Envelope da Proposta de Preços:
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ-CRCCE
À COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA USO DO CRC/CE
Título: “PROPOSTA DE PREÇOS”
PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL):
DATA DA ENTREGA: 18/04/2012

8. DAS DECLARAÇÕES PRELIMINARES

8.1 O envelope "Declarações Preliminares" deverá conter:

8.1.1 Declaração de que o objeto ofertado atende todas as especificações descritas neste edital e de que atende todos os requisitos de habilitação, **conforme modelo do ANEXO II.**

8.1.2 Declaração de estar enquadrada, se for o caso, na definição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, conforme o artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, **conforme modelo do ANEXO VI.**

8.2 A não apresentação da declaração de que trata o item 8.1.1 implicará em exclusão da licitante do presente certame, mediante sua desclassificação.

8.2.1 O equívoco pelo qual a licitante deixou de apresentar a declaração poderá ser sanado junto ao pregoeiro desde que a mesma tenha credenciado representante para participar da sessão e este declare em nome da empresa quando argüido da omissão, precluindo o direito de fazê-lo caso não esteja presente, não haja representante credenciado ou omita-se novamente.

8.3 A omissão em apresentar a declaração de que trata o item 8.1.2 implicará na presunção de qualificar a licitante como não enquadrada nas definições de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, precluindo o direito de apresentá-la quando encerrada a fase de credenciamento.

09. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

09.1 Os documentos (originais ou cópias) especificados nesta seção deverão ser apresentados em fase de credenciamento, após abertura da seção pública e somente serão aceitos até que seja declarada encerrada esta fase pela pregoeira.

09.1.1 No caso da apresentação de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, pelo pregoeira, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio à vista do original.

09.2 A licitante poderá apresentar para o credenciamento junto à Pregoeira, um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

09.2.1 Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

09.3 Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

09.3.1 Documento oficial de identidade;

09.3.2 **CONTRATO SOCIAL** ou documento análogo e sua última alteração;

09.3.2.1 No caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, a investidura em tais cargos, bem como o poder para exercer e assumir obrigações em nome da licitante deverá estar expresso no **CONTRATO SOCIAL**;

09.3.3 **PROCURAÇÃO** com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, na forma da lei, outorgada por seu representante legal, para outro que não seja o representante legal da licitante, conforme ANEXO X.

09.4 A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá à participação da licitante na fase de lances e apresentação recursos e outros atos da sessão pública, ficando limitada sua participação à classificação de sua proposta escrita, conforme as regras do presente pregão.

09.5 Os representantes não credenciados das licitantes poderão assistir à sessão pública na qualidade de cidadãos comuns.

09.6 O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado mediante justificativa devidamente instruída de documentos como atestados médicos ou declaração de impedimento por força maior.

09.7 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O envelope "Proposta de Preços" deverá apresentar planilha com preços unitários e globais de cada LOTE a ser contratado, conforme ANEXO III.

10.2 A proposta deverá ser apresentada em uma via, em língua oficial do Brasil salvo, quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado da licitante ou identificada com o carimbo padronizado do CNPJ e endereço completo, podendo ser editorada por computador, sem ressalvas, emendas ou rasuras, acréscimos ou entrelinhas, com as folhas rubricadas e a última assinada pelo representante legal;

10.3 Deverão ser computados todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o fornecimento dos materiais constante da proposta, abrangendo, assim, todos os custos necessários à execução do objeto e a manutenção destas condições durante a vigência do contrato. A omissão de qualquer despesa necessária ao fornecimento dos materiais será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimos após a abertura das propostas.

10.4 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias correntes a contar da data de apresentação dos envelopes. Caso este prazo não

esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado de 60 (sessenta) dias correntes.

10.5 Deverá ser apresentada apenas uma proposta.

10.6 A licitante somente poderá retirar sua proposta, mediante requerimento escrito à Comissão, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

10.7 Ocorrendo discrepância entre o valor expresso em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo a pregoeira proceder às correções necessárias.

10.8 A entrega do objeto licitado é parcelada, mas o prazo de entrega de cada lote deverá ser de, no máximo, 10(dez) dias a contar da solicitação expressa do contratante.

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos abaixo relacionados, em uma única via, sem rasuras, emendas ou ressalvas.

11.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.2.1 Registro comercial, no caso de Empresário;

11.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais, acompanhado de documentos referentes à eleição dos administradores da sociedade, no caso de sociedades por ações;

11.2.3 Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

11.2.4 Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

11.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

11.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

11.3.2 Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeito Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em plena validade;

11.3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

11.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

11.3.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

11.3.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

11.3.7 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.4.1 Certidão ou declaração expedida pela Corregedoria ou por órgão correspondente do Estado ou do Distrito Federal ou pelo Fórum da Comarca, onde está sediada a empresa, na qual conste(m) qual(is) Distribuidor(es) de pedidos de falência e concordata ou recuperação judicial.

11.4.1.1 As licitantes domiciliadas no Estado do Ceará estão dispensadas da certidão do item 11.4.1.

11.4.2 Certidão(ões) Negativa(s) de Pedido de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial, expedida(s) até 60 (sessenta) dias antes da data limite para apresentação dos envelopes, passada(s) pelo(s) Cartório(s) Distribuidor(es) da Comarca de seu domicílio ou que constar(em) da certidão ou declaração referida no item 11.4.1, conforme o caso.

11.4.3 Declaração firmando cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da CF (Emprego de menor). Conforme modelo do ANEXO IV deste edital.

11.4.4 Declaração, conforme Anexo IX, de Compromisso e Idoneidade, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12. DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 No dia, hora e local designado neste Edital, a pregoeira declarará aberta a sessão pública e, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, procederá ao que se segue:

12.2 Iniciará pela verificação das Declarações Preliminares:

12.2.1 Procederá a abertura do envelope número 1, contendo as “Declarações Preliminares”, sendo elas: declaração do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e atende ao edital e declaração de enquadramento na qualificação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, se for o caso;

12.3 Após, terá sequência a fase de credenciamento de representantes;

12.3.1 Será feita a conferência do credenciamento dos representantes legais, mediante confronto do instrumento de credenciamento, Contrato Social ou Documento constitutivo da licitante e documento de identificação do representante.

12.3.2 Será declarado, após consulta aos presentes, não havendo ninguém que declare intenção de credenciar representante, o encerramento da fase de credenciamento;

12.3.3 O encerramento da fase de credenciamento fará precluir o direito de sanar falhas nas declarações preliminares bem como de desistência do certame, após o que não será admitida a retirada das propostas.

12.4 Após, a pregoeira passará a verificar, para todas as licitantes, a conformidade das propostas com as exigências constantes deste Edital, bem como a classificação das mesmas para a fase de lances, por LOTE.

12.4.1 Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

12.4.2 Será desclassificada também, a proposta que contiver desconto ou prestação de serviços condicionada a prazos, descontos ou vantagens, de qualquer natureza, não previstos neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.5 A pregoeira fará ordenação das propostas, pela ordem crescente dos preços globais por LOTE, conforme modelo da proposta de preço do ANEXO III, classificará a de menor preço e, subseqüentemente, aquelas de valor superior em até dez por cento da de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo 11 do Decreto no 3.555/00.

12.5.1 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, por se apresentarem em absoluta igualdade de condições, a pregoeira realizará sorteio em ato público para definir a classificação das propostas;

12.5.2 Quando não forem verificadas no mínimo 03 (três) propostas nas condições definidas no subitem 12.5, a pregoeira classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), conforme disposto no inciso VII do artigo 11 do Decreto no 3.555/00.

12.6 Após a verificação de todas as propostas e classificação das mesmas, iniciará a fase de lances.

12.6.1 Às licitantes classificadas para fase de lances, será dada oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, a partir da classificada de maior preço, reordenadas a cada nova rodada de lances.

12.6.2 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pela pregoeira, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais, podendo emitir seu último preço ofertado, para efeito de ordenação de propostas, de acordo com o inciso X do artigo 11 do Decreto 3.555/00.

12.6.3 Encerrada a etapa de lances, não sendo a licitante vencedora uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será dada às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, por ordem de sua classificação final, que alcançarem preço ofertado até 5% maior que o da então vencedora, a oportunidade de oferecerem lance vencedor, conforme os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

12.7 Após definida a proposta vencedora do certame, será verificada a conformidade entre a sua oferta e o valor estimado para a contratação;

12.8 Sendo aceitável a oferta, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante, para confirmação das suas condições habilitatórias.

12.9 Caso a licitante apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, será declarada inabilitada.

12.9.1 Sendo a licitante vencedora uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e inabilitada exclusivamente devido a alguma irregularidade fiscal, receberá prazo de dois dias úteis, prorrogáveis por mais dois, para apresentar comprovação de sua regularização, conforme artigo 43 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

12.10 Constatado o atendimento pleno das exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

12.11 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, a pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

12.11.1 Não sendo a licitante subsequente uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será aplicado no que couber o item 12.6.3, para exercício do direito de preferência da Lei Complementar nº. 123.

12.12 Caso não haja mais de uma licitante classificada, a oferta de menor preço não seja aceitável ou as ofertas de menor preço sejam inabilitadas, a pregoeira poderá negociar diretamente com a licitante que estiver na ordem de preferência para obter melhores condições para a Administração.

12.13 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser, obrigatoriamente, assinada pelo pregoeiro e pela Equipe de Apoio, e facultativamente pelos representantes das licitantes presentes, nos termos do artigo 21, inciso XI do Decreto 3.555/00.

12.14 Quando todas as propostas forem desclassificadas, a pregoeira fixará aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas da desclassificação.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1 As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por termo de contrato celebrado entre o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará e a Licitante vencedora, conforme cada LOTE, que observará os termos da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, os termos deste Edital e das demais normas pertinentes, cuja minuta, no ANEXO VII, foi submetida a exame prévio e aprovação da Procuradoria do Conselho.

13.2 A licitante vencedora será convocada para, conforme cada LOTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, celebrar o termo de Contrato, do qual farão parte integrante o edital, seus anexos, a proposta e demais documentos apresentados por esta.

13.3 Se a licitante vencedora recusar-se, injustificadamente, a assinar o termo de contrato no prazo estabelecido, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas no item 16.1, deste Edital, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis.

13.4 Incumbirá à Contratante providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do Contrato no D.O.U., até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência. O mesmo procedimento será adotado em relação aos possíveis termos aditivos.

13.5 O Contrato resultante da presente licitação só terá validade depois de aprovados pela Procuradoria do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará e eficácia depois de publicados, por extrato, no Diário Oficial Da União.

14. DA VIGÊNCIA

14.1 O prazo de vigência do Contrato será até 31/12/2012, iniciados da assinatura do contrato.

15. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

15.1 Incumbe à Contratante:

15.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto do contrato, por meio de representante designado conforme disposto no subitem 4.1, deste Edital;

15.1.2 Efetuar o pagamento à Contratada conforme o contrato;

15.1.3 Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

15.1.4 Acompanhar a CONTRATADA quanto à manutenção dos requisitos de habilitação durante toda a vigência do contrato, tomando as medidas de rescisão e penalização para o caso da CONTRATADA desatender tais requisitos;

15.2 Incumbe à CONTRATADA:

15.2.1 Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste Edital, cabendo-lhe, integralmente o ônus decorrente, independente da exercida pela Contratante;

15.2.2 Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, na execução do objeto deste Edital;

15.2.3 Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Contrato, sem prévia autorização da Contratante;

15.2.4 Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.

16. DA RESCISÃO DO CONTRATO

16.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital, por parte da licitante vencedora, assegurará ao CRCCE o direito de rescindir este certame, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo das penalidades dispostas no item 17, deste Edital.

16.2 O Certame poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no Art. 78, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.2.1 Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração do CRC/CE, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;

II. a entrega do objeto fora das especificações deste Edital;

III. a **subcontratação total** do objeto deste Edital **caracterizando mera intermediação**, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

V. a decretação de falência;

VI. a dissolução da empresa;

VII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

VIII. as razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere este certame.

IX. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impositivos da execução do Contrato.

16.2.2 Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no Processo da Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

16.2.3 Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

17. DAS PENALIDADES

17.1 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o próprio Conselho, que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.2 A Contratada ficará sujeita, ainda, à penalidade de 2% (dois por cento) do valor total do contrato por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro no caso de reincidência.

17.3 No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

17.4 Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.

17.5 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido por meio de Documento de Arrecadação Boleto bancário solicitado na sede da Contratante e pagos na rede bancária.

17.6 A sanção prevista no subitem 17.2 deste edital, poderá ser aplicada juntamente com a do subitem 17.1.

17.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo da multa prevista no subitem 17.2 deste edital e das demais cominações legais.

18. DOS RECURSOS

18.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço sede do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará, cabendo à pregoeira decidir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas sobre a matéria guerreada.

18.1.1 Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18.2 Ao final da sessão de julgamento das propostas, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, no que lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, na qual poderá juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

18.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, na sessão, importará a decadência do direito de recurso.

18.2.2 O recurso contra decisão da pregoeira não terá efeito suspensivo.

18.2.3 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.2.4 A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

18.2.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará, homologará a adjudicação para determinar a contratação.

18.3 Dos atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei no 8.666/93, caberá:

18.3.1 Recurso, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará, no local de entrega das propostas, nos casos de:

I. Anulação ou revogação da licitação;

II. Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei no 8.666/93;

III. Aplicação das penas previstas nos subitens 17.1 e 17.2, deste edital;

18.3.2 Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

18.3.3 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4º do artigo 109 da Lei no 8.666/93).

18.3.4 A intimação dos atos referidos no subitem 18.3.1, excluindo-se as penas de multa, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União.

18.4 Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

19.1.1 Os envelopes lacrados de habilitação das licitantes que não forem vencedoras poderão ser retirados a partir de 30 dias a contar da sessão pública, sendo destruídos pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará caso não sejam requisitados após 60 dias da mesma sessão;

19.2 A apresentação de proposta implicará na plena aceitação por parte da licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

19.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará.

19.4 O Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.5 É facultado à pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

19.7 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

19.8 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

19.9 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.10 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital, serão competentes o juízo da Justiça Federal do Ceará.

19.11 Cópia do edital e seus anexos serão fornecidos, gratuitamente, nos horários de 08h00min às 12h00min e de 14h00min às 18h00min, na sede do CRC/CE.

19.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará.

Fortaleza (CE), 05 de abril de 2012.

MEIRE VILENE TEIXEIRA MOREIRA
Pregoeira

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2012

PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2012

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO PARA USO DO CRC/CE.

01. Fundamentação

Em cumprimento a Lei Nº. 10.520/02 é elaborado o presente Termo de Referência para contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de material gráfico para uso do CRC-CE.

02. Objeto

Contratação de Empresa especializada para o fornecimento parcelado de material gráfico para uso do CRC/CE.

03. Justificativa

O CRCCE é órgão de fiscalização dos profissionais da contabilidade, conforme Decreto-Lei nº 9.295/46.

A confecção de formulários institucionais para uso do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará – CRC/CE tem como objetivo dá amparo à realização das ações de fiscalização, como atividade precípua do Órgão.

Além das ações fiscais, o CRCCE detém ainda a competência legal para a realização do Programa de Educação Continuada, o que enseja a necessidade de confecção de materiais gráficos a serem usados nos cursos/eventos previstos.

04. Objetivos Específicos

4.1. Proporcionar a identificação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará – CRC/CE através de seus formulários de uso comum;

4.2. Viabilizar o desenvolvimento de diversas ações que envolvem os profissionais de contabilidade para execução dos procedimentos fiscais e do Programa de Educação Continuada;

4.3. Possibilitar a execução de atividades de fiscalização, registro, cadastro e outras, através do uso de formulários padronizados por todos os Departamentos Internos do Órgão.

05. Área Interessada

Departamentos Internos do CRC/CE, em especial as Coordenadorias de Fiscalização e Desenvolvimento Profissional.

06. Descrição Detalhada do Serviço

6.1. Conforme requerimento apresentado pelo setor requerente o edital de licitação deverá prevê a confecção de:

PLANILHA DE IMPRESSOS CRC-CE - 1º SEMESTRE		
Item	Descrição	Qtde
Papelaria / aplicações logomarca do Conselho		
Timbrado	210x297mm, 4x0 cores Tinta Escala em Off-set 75g.	20.000
Pastas	45x31.5cm, 3/1 cor em Cartão Supremo 250g.Corte/Vinco.	5.000
Envelopes Tipo 1 - 11,0 X 23,0cm	27x27cm, 4x0 cores Tinta Escala em Off-set 90g.	20.000
Envelopes Tipo 2 - 24,0 X 18,0cm	30x40cm, 4x0 cores Tinta Escala em Off-set 90g.	3.000
Envelopes Tipo 3 - 26,0 X 36,0cm	60x50cm, 4x0 cores Tinta Escala em Off-set 120g.	4.000
Pastas de processo cinza	45x31.5cm, 4x0 cores Tinta Escala em Cartão Supremo (Cinza) 250g. Corte/Vinco.	500
Pastas de processo azul	45x31.5cm, 4x0 cores Tinta Escala em Cartão Supremo (Azul) 250g. Corte/Vinco.	500
Cartões de Visita	Formato 55 x 85mm, Papel Couche 230 g, 3x1cores, com laminação.	5.300
Balanço social		
Balanço social	CAPA: Formato aberto: 41cm x 29,5cm // Formato fechado: 21cm x 29,5cm // 4/4 cores // Couchê fosco 240g com laminação fosca e verniz localizado. MILOLO: Formato aberto: 41cm x 29,5cm // Formato fechado: 21cm x 29,5cm // 4/4 cores // Couchê fosco 90g // 60 páginas sem contar com a capa Acabamento: Dobrada e colada. Laminação Fosca na parte externa da capa	500
Convenção dos Contabilistas		
Cartaz 2	Formato: A3, papel couché 150g, 4/0 cores.	200
Convite	Folder Formato: 20,5cm x 46cm // Papel: couché fosco 230g, 5/5cores. Acabamentos: faca de corte, 2 dobras e laminação fosca.	1.000
Crachá	Credenciais em papel triplex 250g formato 10x15 cm 4/1 cores, furo e cordão	1.000
Bloco de Notas	blocos com 20 folhas. 1 via 14.8x21 cm, 4x0 cores tinta especial em off-set 75g colado	1.000
Certificado Participantes	Formato: A5 // papel couché fosco 230g // cores: 2/0.	1.500
Certificado Apresentação de trabalho	Formato: A5 // papel couché fosco 230g // cores: 2/0.	400
Adesivo	Papel couchê adesivo 5x5cm 3 cores - faca de corte redondo	15.000
Campanha Candidatura Congresso		
Folder 2	Formato 30x30cm.(aberto), 1 dobra , papel couché fosco 230g 4/4 cores.	12.000
Panfletos	Formato A5, papel couché 90g , 4/4 cores	12.000
Campanha Insitucional de Valorização do profissional contábil		

Pasta Desenvolver Contabilista	Pasta: formato 45x31,5cm em papel cartão supremo 250g 3x1 cores com corte e vinco	1.000
Certificados Desenvolver contabilista	Certificado formato A4, papel off-set 250g 4x0.	2.000
Identidade Visual para Eventos		
Lâminas evento pequeno porte (1)	Formato: 15x21cm, 4x4 cores em Couche Fosco 115g.	2.000
Lâminas evento pequeno porte (2)	Formato: 15x21cm, 4x4 cores em Couche Fosco 115g.	2.000
Lâminas evento pequeno porte (3)	Formato: 15x21cm, 4x4 cores em Couche Fosco 115g.	2.000
Jornal Informativo impresso trimestral		
Produção do Jornal (edição Jan/ Fev/ Mar)	Fechado-miolo: 16 págs, 23x31.5cm, 4 cores em Couchê Fosco 90g. Gravação chapas CTP. Capa-aberta: 31.5x46.1cm, 4x4 cores em Couchê Fosco 90g. Gravação chapas CTP.om dobra, Prova Sherpa. Obs.: Com grampo.	13.000
Produção do Jornal (edição Abril/ Maio/Junho)	Fechado-miolo: 16 págs, 23x31.5cm, 4 cores em Couchê Fosco 90g. Gravação chapas CTP. Capa-aberta: 31.5x46.1cm, 4x4 cores em Couchê Fosco 90g. Gravação chapas CTP.om dobra, Prova Sherpa. Obs.: Com grampo.	13.000

07. Da Entrega do Material Gráfico

A entrega do material gráfico será parcelada, mas o prazo de entrega de cada lote deverá ser de, no máximo, 10(dez) dias a contar da solicitação expressa do contratante.

08. Da Dotação Orçamentária

As despesas com a contratação correrão a conta das dotações orçamentárias próprias deste CRC-CE, para o corrente exercício, conforme rubrica própria.

09. Do Pagamento

9.1. O pagamento ao contratado será em parcelas, sendo cada parcela liquidada conforme a entrega do material licitado, após expressa solicitação do contratante

9.2. As notas fiscais e as faturas devem ser apresentadas no CRC-CE no ato da entrega parcelada dos serviços. As notas fiscais e as faturas devem ser atestadas por funcionário deste CRC-CE designado.

9.3. Considera-se como adimplemento da obrigação contratual a entrega do bem ou de parcela deste, bem como qualquer outro evento contratual, cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança (art. 40, § 3º, da lei 8.666/93).

9.4. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto contratado, mediante pagamento em carteira em nome da Contratada ou por fatura bancária.

9.5 A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

9.6. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social e junto ao FGTS.

9.7. A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as Legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na Nota Fiscal.

10. Dos Valores e Custos Máximos Estimados para o Projeto

O valor final para o cumprimento do presente objeto será definido após a Cotação Prévia de Preços a ser realizada pela Comissão Permanente de Licitação – CPL.

ANEXO II**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE O(S) OBJETO(S) OFERTADOS ATENDEM AS
ESPECIFICAÇÕES E A LICITANTE ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2012
PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2012**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n. 03/2012 do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará – CRC/CE, que o objeto ofertado por esta Empresa (que subscreve abaixo) **atende todas as especificações descritas neste Edital**; que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou-se conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento do objeto, dando-se concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, se vencedor desta Licitação, executará o objeto, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste Certame Licitatório e; que esta empresa **atende plenamente os requisitos necessários à habilitação**, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no Edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2012

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2012 PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2012

(emitida em papel timbrado)

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta para os serviços gráficos, sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2012**, pelo menor preço por LOTE. Declaramos que, se vencedora, forneceremos os lotes pelo preço orçado, com valor devidamente detalhado em conformidade com as especificações constantes no **ANEXO I** do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2012**, e como segue:

LOTE/ ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Timbrado - 210x297mm, 4x0 cores Tinta Escala em Off-set 75g	20.000		
	Pastas 45x31.5cm, 3/1 cor em Cartão Supremo 250g.Corte/Vinco	5.000		
	Envelopes Tipo 1 - 11,0 X 23,0cm 27x27cm, 4x0 cores Tinta Escala em Off-set 90g	20.000		
	Envelopes Tipo 2 - 24,0 X 18,0cm - 30x40cm, 4x0 cores Tinta Escala em Off-set 90g.	3.000		
	Envelopes Tipo 3 - 26,0 X 36,0cm - 60x50cm, 4x0 cores Tinta Escala em Off-set 120g	4.000		
	Pastas de processo cinza - 45x31.5cm, 4x0 cores Tinta Escala em Cartão Supremo (Cinza) 250g. Corte/Vinco.	500		
	Pastas de processo azul - 45x31.5cm, 4x0 cores Tinta Escala em Cartão Supremo (Azul) 250g. Corte/Vinco	500		
	Cartões de Visita - Formato 55 x 85mm, Papel Couche 230 g, 3x1cores, com laminação.	5.300		
02	Balanço social - CAPA: Formato aberto: 41cm x 29,5cm // Formato fechado: 21cm x 29,5cm // 4/4 cores // Couchê fosco 240g com laminação fosca e verniz localizado. MIOLO: Formato aberto: 41cm x 29,5cm // Formato fechado: 21cm x 29,5cm // 4/4 cores // Couchê fosco 90g // 60 páginas sem contar com a capa Acabamento: Dobrada e colada. Laminação Fosca na parte externa da capa	500		

03	Cartaz 2 - Formato: A3, papel couchê 150g, 4/0 cores	200		
	Convite - Folder Formato: 20,5cm x 46cm // Papel: couchê fosco 230g, 5/5cores. Acabamentos: faca de corte, 2 dobras e laminação fosca.	1.000		
	Crachá - Credenciais em papel triplex 250g formato 10x15 cm 4/1 cores, furo e cordão	1.000		
	Bloco de Notas - blocos com 20 folhas. 1 via 14.8x21 cm, 4x0 cores tinta especial em off-set 75g colado	1.000		
	Certificado Participantes –Formato: A5 // papel couchê fosco 230g // cores: 2/0.	1.500		
	Certificado Apresentação de trabalho - Formato: A5 // papel couchê fosco 230g // cores: 2/0	400		
	Adesivo - Papel couchê adesivo 5x5cm 3 cores - faca de corte redondo	15.000		
04	Folder 2 - Formato 30x30cm.(aberto), 1 dobra , papel couchê fosco 230g 4/4 cores.	12.000		
	Panfletos - Formato A5, papel couchê 90g , 4/4 cores	12.000		
05	Pasta Desenvolver Contabilista - Pasta: formato 45x31,5cm em papel cartão supremo 250g 3x1 cores com corte e vinco	1.000		
	Certificados Desenvolver contabilista - Certificado formato A4, papel off-set 250g 4x0.	2.000		
06	Lâminas evento pequeno porte (1) - Formato: 15x21cm, 4x4 cores em couchê Fosco 115g	2.000		
	Lâminas evento pequeno porte (2) - Formato: 15x21cm, 4x4 cores em couchê Fosco 115g	2.000		
	Lâminas evento pequeno porte (3) - Formato: 15x21cm, 4x4 cores em couchê Fosco 115g	2.000		
07	Produção do Jornal (edição Jan/ Fev/ Mar) - Fechado-miolo: 16 págs, 23x31.5cm, 4 cores em Couchê Fosco 90g. Gravação chapas CTP. Capa-aberta: 31.5x46.1cm, 4x4 cores em Couchê Fosco 90g. Gravação chapas CTP.om dobra, Prova Sherpa. Obs.: Com grampo.	13.000		
	Produção do Jornal (edição Abril/ Maio/Junho) - Fechado-miolo: 16 págs, 23x31.5cm, 4 cores em Couchê Fosco 90g. Gravação chapas CTP. Capa-aberta: 31.5x46.1cm, 4x4 cores em Couchê Fosco 90g. Gravação chapas CTP.om dobra, Prova Sherpa. Obs.: Com grampo.	13.000		

VALOR GLOBAL LOTE 01 – R\$ _____ (_____).
VALOR GLOBAL LOTE 02 – R\$ _____ (_____).
VALOR GLOBAL LOTE 03 – R\$ _____ (_____).
VALOR GLOBAL LOTE 04 – R\$ _____ (_____).
VALOR GLOBAL LOTE 05 – R\$ _____ (_____).
VALOR GLOBAL LOTE 06 – R\$ _____ (_____).
VALOR GLOBAL LOTE 07 – R\$ _____ (_____).

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (trinta) dias corridos, a contar da data de abertura dos envelopes de licitação;

PRAZO DE ENTREGA DOS OBJETOS: A entrega do material gráfico será parcelada, mas o prazo de entrega de cada lote deverá ser de, no máximo, 10(dez) dias a contar da solicitação expressa do contratante.

Local e data

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII
DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2012
PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2012**

A empresa..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n. CPF n. DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () sim () não.

_____, em ____ de _____ 2012.

Representante Legal da Empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2012
PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2012**

A Empresa _____, CNPJ N. _____
_____, sediada _____ (endereço completo)
_____, declara, sob as penas da lei, que há fato
superveniente, impeditivo de sua habilitação para o presente processo licitatório, sendo
este _____ (...).

_____, _____ de _____ de 2012.
Representante Legal da Empresa

*(OBS.: Esta declaração obriga somente a empresa que tiver conhecimento de algum
fato impeditivo, sob as penas da lei. Caso não haja nenhum impedimento não é exigida
esta declaração)*

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE
PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2012
PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2012**

A empresa _____ (NOME DA
EMPRESA), CNPJ N. _____, sediada
_____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, com base
no artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, que está enquadrada na
definição de _____ (Microempresa/ Empresa de Pequeno Porte) .

_____, _____ de _____ de 2012.

Representante Legal da Empresa

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2012 PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2012

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ – CRC/CE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº _____, com sede na _____ Bairro _____, nesta Capital, neste ato representado pela Presidente do CRC/CE, _____, portador do CPF nº _____, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr. _____, portador do CPF nº _____, denominada simplesmente **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e do **Processo Licitatório nº 17/2012, Pregão Presencial nº 03/2012**, resolvem contratar o objeto do presente, pelas condições que seguem:

Cláusula 1ª - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

1.1 O objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de material gráfico para uso do CRC-CE, conforme Anexo I, que é parte integrante deste edital, bem como a proposta vencedora apresentada para:

INCLUIR LOTE(S)

1.2 A entrega do material gráfico será parcelada, mas o prazo de entrega de cada lote deverá ser de, no máximo, 10(dez) dias a contar da solicitação expressa do contratante.

1.3. A entrega dos materiais será realizada na sede do CRC-CE, na Av. da Universidade, 3057 – Benfica, nesta Capital, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento. A entrega realizada de forma ou em lugar diverso do aqui estabelecido ficará sujeita ao não pagamento.

1.4 O Recebimento Definitivo do objeto dar-se-á após o prazo de 02 (dois) dias úteis da data da entrega, uma vez verificado o atendimento integral das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo, firmado pelo servidor responsável.

1.5 Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

1.6 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

Cláusula 2ª - DO VALOR DO CONTRATO

2.1 O valor global a ser pago pela Contratante será de R\$ _____
(_____).

Cláusula 3ª - DOS REAJUSTES

3.1 O preço permanecerá fixo e irrevogável até o final do Contrato.

Cláusula 4ª - DOS PAGAMENTOS

4.1. O pagamento ao contratado será em parcelas, sendo cada parcela liquidada conforme a entrega do material licitado, após expressa solicitação do contratante

4.2. As notas fiscais e as faturas devem ser apresentadas no CRC-CE no ato da entrega parcelada dos serviços. As notas fiscais e as faturas devem ser atestadas por funcionário deste CRC-CE designado.

4.3. Considera-se como adimplemento da obrigação contratual a entrega do bem ou de parcela deste, bem como qualquer outro evento contratual, cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança (art. 40, § 3º, da lei 8.666/93).

4.4. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto contratado, mediante pagamento em carteira em nome da Contratada ou por fatura bancária.

4.5 A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

4.6. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social e junto ao FGTS.

4.7. A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as Legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na Nota Fiscal.

Cláusula 5ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Os recursos para a realização deste projeto são próprios e correrão pela rubrica 6.3.1.3.01.01.002.

Cláusula 6ª - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Incumbe à CONTRATADA:

6.2.1 Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste Edital, cabendo-lhe, integralmente o ônus decorrente, independente da exercida pela Contratante;

6.2.2 Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, na execução do objeto deste Edital;

6.2.3 Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Contrato, sem prévia autorização da Contratante;

6.2.4 Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.

Cláusula 7ª - DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada poderá, garantida a defesa prévia, sofrer as seguintes sanções contratuais:

7.1.1 Advertência;

7.1.2 Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

7.1.3 Suspensão do direito de licitar junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará por até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes. A punição poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

7.1.4 Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

7.1.5 Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Cláusula 8ª - DA RESCISÃO

8.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, por parte da Contratada, assegurará ao CRC/CE o direito de rescindir este contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração.

8.2 O presente instrumento poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

8.2.1 Unilateralmente, a critério exclusivo do CRC/CE, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega dos itens licitados;

II. a entrega dos itens fora das especificações constantes no Objeto deste Contrato;

III. a subcontratação total do objeto deste Contrato caracterizando a mera intermediação, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. as razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratada e exaradas no processo administrativo a que se refere este instrumento.

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

8.2.2 Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.2.3 Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Cláusula 9ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Incumbe à Contratante:

9.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto do contrato, por meio de representante designado conforme disposto no subitem 4.1, deste Edital;

9.1.2 Efetuar o pagamento à Contratada conforme o contrato;

9.1.3 Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

9.1.4 Acompanhar a CONTRATADA quanto à manutenção dos requisitos de habilitação durante toda a vigência do contrato, tomando as medidas de rescisão e penalização para o caso da CONTRATADA desatender tais requisitos.

Cláusula 10ª - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

10.1 A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao Patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação.

10.2 A CONTRATANTE ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a CONTRATADA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

Cláusula 11ª - DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de vigência do Contrato será até o dia 31/12/2012, iniciados da assinatura do contrato.

Cláusula 12ª - DO FORO

12.1 Elegem, as partes contratantes, a Justiça Federal de Fortaleza (CE), para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

Fortaleza (CE), ____ de _____ de 2012.

Presidente do CRC/CE

XXXXXXXXXX

Representante da Contratada

Testemunha 1

Testemunha 2

ANEXO VIII

MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2012 PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2012

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

A _____(razão social da empresa), CNPJ nº. _____, conforme a nota fiscal nº. _____ de ____/____/_____, e após passados ____ (_____) dias úteis, cumpriu todos os requisitos de especificação e de entrega do objeto, estabelecidos em Edital e Anexos do certame licitatório do Conselho Regional de CONTABILIDADE do Ceará - CRCCE-CE, Pregão Presencial nº. 03/2012.

Fortaleza (CE), ____ de _____ de 2012.

Nome: -----(Responsável pelo Patrimônio)
R.G. -----(do signatário)

ANEXO IX**PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2012
PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2012
MODELO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO E IDONEIDADE**

Declaração de Compromisso e Idoneidade

A _____(razão social), inscrita no CNPJ/MF nº. _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara sob as penalidades da lei, para fins de participação no Pregão Presencial nº. 03/2012 que:

- os documentos que compõem o edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações;
- não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal; e
- inexistem fatos impeditivos à sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2012.

Representante Legal
(nome/cargo/assinatura)

ANEXO X**PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2012
PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2012****MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO****PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento, a empresa _____ (razão social), inscrita no CNPJ/MF nº. _____, sito a _____ (endereço completo), por seu(s) representante(s) legal(is) abaixo assinado(s), nomeia e constitui como procurador, o Sr. (a) _____ (qualificação completa); inscrito no CPF nº. _____; portador do RG nº. _____, residente em _____ (endereço completo), ao qual OUTORGA AMPLOS PODERES para representá-la em todos os atos inerentes ao PREGÃO PRESENCIAL nº. 03/2012 do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ - CRC-CE, podendo, inclusive, formular lances, complementar proposta, negociar preço, interpor recursos ou ressalvas, renunciar à interposição de recursos, acordar, transigir, desistir e receber avisos e intimações, assinar declarações e assinar o Contrato oriundo da Licitação, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato.

....., emde.....de 2012.

Razão Social

(assinatura do(s) representante(s) legal(is) do proponente e carimbo).

(Reconhecer Firma)